

Reitoria não comparece a debate sobre o Pimesp

Já que o prazo para as unidades encaminharem à Reitoria apenas “comentários e sugestões” ao Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp) foi prorrogado de 2/4 para 18/4, os debates sobre o programa continuam a acontecer.

Em 9/4, ocorreu o debate “Quer conhecer o Pimesp?”, organizado por Adusp, Sintusp, DCE-Livre e APG. Um dos convidados a falar foi Silvio Luiz de Almeida, professor, jurista e presidente do Instituto Luiz Gama. A Reitoria também foi convidada, mas ninguém compareceu.

“A Adusp recebeu ontem um ofício comunicando que o professor Carlos Vogt [presidente da Universidade Virtual de São Paulo, Univesp] a representaria no debate, mas horas depois chegou um email dizendo que o professor não viria mais. Perguntamos se outra pessoa representaria a Reitoria e nos responderam que não haveria ninguém”, disse a professora Elisabetta Santoro (FFLCH), que compôs a mesa representando a Adusp, junto com Felipe Chagas, diretor do DCE.

A argumentação de Silvio Almeida sobre o Pimesp foi dividida em três partes que trataram das implicações econômicas, políticas e jurídicas do projeto. Quanto aos aspectos econômicos afirmou: “Não podemos nos iludir. O que está por trás do Pimesp é a ideia da formação técnica versus formação científica e principalmente a intenção de atrelar a educação e a pesquisa acadêmica às expectativas do mercado”.

O professor alertou para a engenhosidade do governo em propor o programa na atual conjuntura: “Neste momento existe a Univesp, que é um projeto que custou muito dinheiro, estava meio ‘encostado’ e servindo para nada, e ao mesmo tempo existe a demanda dos movimentos sociais que querem repartir o crescimento do país. E aí o governo conseguiu, de alguma maneira, incor-

porar essas demandas, porém, não do jeito que os demandantes querem, mas sim do jeito que aqueles que têm o poder querem que a demanda seja resolvida”.

“Autoritarismo”.

Almeida criticou o conceito de meritocracia e a falta de representatividade da proposta. “Na verdade, o Pimesp é uma demonstração de como o autoritarismo impera na administração das universidades públicas paulistas. Como um projeto assim foi elaborado sem consultar nomes como Kabengele Munanga, Fernando Augusto de Albuquerque Mourão, Dennis de Oliveira e Eunice Prudente?”, questionou.

A seguir, o professor citou aspectos jurídicos que envolvem a proposta. Lembrou a aprovação da constitucionalidade das cotas sociais e raciais pelo STF em 2012, e destacou as inconstitucionalidades presentes no Pimesp. “A Constituição Federal permite que seja feita a discriminação positiva, aquela que utiliza diferenciações para igualar desvantagens construídas historicamente entre os indivíduos. Mas o Pimesp instituiu uma discriminação negativa, que segrega”.

Almeida mostrou-se preocupado com o uso da retórica da “autonomia” por alas que não querem que nenhum projeto de cotas sociais e/ou raciais seja implementado nas universidades. “Esse argumento pressupõe uma interpretação canhestra, já que a autonomia universitária não é feita para promover a própria universidade, mas sim para ser utilizada em prol da sociedade brasileira”.

Nas considerações finais, a professora Elisabetta destacou as três questões enunciadas no cartaz que divulgou o debate: “Perguntamos se o Pimesp é um projeto de cotas e ficou claro que não é.



Natasha Macedo, aluna da UFABC, no debate de 9/4

Daniel Garcia

Trata-se apenas de um curso profissionalizante, ainda à distância, que quer iludir de que se está entrando na USP sem que se pise nela e que, portanto, não significa inclusão. A pergunta ‘A quem interessa o Pimesp?’ ficou muito bem respondida: a quem quer que tudo fique como está, fingindo que tudo muda para que, no fim, tudo fique igual, para que o poder permaneça nas mãos dos mesmos e para que os excluídos continuem excluídos”.

Letícia Alcântara, diretora do DCE, defendeu as cotas e afirmou que é responsabilidade do DCE e da categoria estudantil travar nas salas de aula a luta contra o racismo, “para a garantia de uma reparação histórica”.

O debate foi gravado e estará no site da Adusp a partir desta semana.

Congregações. A Adusp recebeu algumas manifestações de congregações. No dia 18/3, a Congregação do IP manifestou-se a favor da adoção de cotas nas universidades estaduais paulistas e contrária à implantação do Pimesp. Dois dias depois a Congregação do IGc declarou que o “Pimesp não atende adequadamente o objetivo de promover a inclusão social na USP, e não deve ser aceito na forma proposta”.

Em 11/4, a Congregação do IME sugeriu que “nos termos presentes, seja rejeitada [a proposta do Cruesp] pelo Conselho Universitário, garantindo espaço para uma discussão mais ampla que busque aumentar a diversidade dos alunos na Universidade, aproveitando a discussão já iniciada com os movimentos sociais e a experiência de Pasusp e Inclusp”.

Nesta edição

Página 2

- Comissão da Verdade aguarda Co
- O setor das IEES/IMES se reúne

Página 3

- Plebiscito sobre a Ebserh
- Departamentos de Artes querem deixar a ECA e criar um Instituto próprio

Página 4

- “USP Internacional”, mas sem ouvir ninguém

Comissão da Verdade aguarda Co

A Campanha por uma Comissão da Verdade da USP (CV-USP) conseguiu apoio dentro e fora da Universidade.

O Fórum Aberto pela Democratização da USP fez circular um abaixo-assinado que conseguiu quase 5 mil assinaturas e, graças à sua pressão, encontra-se em tramitação nas instâncias da USP a proposta já objeto de negociações com a Reitoria, segundo a qual “é criada na Universidade de São Paulo uma Comissão da Verdade, destinada a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a Ditadura Militar com apoio de setores civis que vigorou no País entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985, contra docentes, alunos e funcionários não docentes da Universidade, bem como contra pessoas que foram prejudicadas por atos da Universidade ainda que não vinculadas formalmente aos quadros desta”.

Nos termos da proposta, a CV-USP terá como objetivos promover o esclarecimento dos fatos, bem como encaminhar à Comissão Nacional da Verdade e demais comissões da verdade existentes, e aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, todas as informações obtidas (vide íntegra em www.adusp.org.br).

Histórico. O pedido de uma CV-USP foi oficialmente apresentado à Reitoria, representada pelo professor Rubens Beçak, secretário-geral da USP, em reunião ocorrida no dia 21/11/12. Apenas em 15/12/12 a Reitoria respondeu, indiretamente. No *Diário Oficial do Estado*, o reitor Grandino Rodas publicou ato em que declara que “qualquer grupo interessado” na busca da verdade histórica “possui legitimidade própria, independentemente de nomeação reitoral”. No mesmo comunicado, ele incumbe os professores Alberto Carlos Amadio, Wanderley Messias da Costa e Rubens Beçak de fazer a interlocução entre os órgãos da USP e os grupos acima mencionados.

No dia 22/1/13, o Fórum Aberto pela Democratização da USP reuniu-se então com a comissão designada pela Reitoria para tratar da criação da CV-USP. Nessa ocasião, o Fórum obteve, finalmente, a resposta que a Universidade se comprometeria a instaurar oficialmente a comissão.

Em 4/2/13, o Fórum esteve novamente reunido com a comissão da Reitoria. Apresentou uma proposta inicial, deliberada em sua reunião aberta de 30/1/13, que envolvia composição da CV-USP, nomeação dos membros, prerrogativas, infra-estrutura, assessoria etc.

Assim, quanto à composição e escolha dos membros, a CV-USP contaria com 3 membros titulares e 3 membros suplentes de cada um dos segmentos da comunidade acadêmica, todos escolhidos democraticamente pelas respectivas entidades. A nomeação seria feita por ato administrativo do reitor, publicado no *Diário Oficial do Estado*, indicando o mandato da CV-USP e seus poderes quanto à requisição de documentos internos à USP e ao convite de pessoas para tomada de depoimentos. Um regimento interno deveria ser elaborado pela própria comissão, assim que instalada.

Competência. Os repre-

sentantes da Reitoria alegaram que a proposta continha diversos itens que, por escapar à sua competência, e mesmo à da própria Reitoria, teriam de ser encaminhados às comissões que compõem o Conselho Universitário (Co), para que depois este deliberasse.

Os membros do Fórum presentes à reunião de 4/2/13 consideraram que a demora implicada na tramitação por comissões e Co poderia inviabilizar a CV-USP. Diante disso, o Fórum reformulou a proposta original, ao mesmo tempo em que aprofundava o debate sobre a composição da comissão. Concluiu que, se o sentido da CV-USP é fazer a instituição universitária reconhecer os crimes cometidos durante a Ditadura, além de abrir caminho às reparações correspondentes, seria fundamental incluir na composição representantes da administração.

Desse modo, a nova proposta, apresentada à Reitoria em 21/2/13, acrescentou, aos 3 mem-

bros titulares e 3 suplentes por categoria (escolhidos democraticamente por suas respectivas entidades representativas), outros 3 membros titulares e 3 suplentes a serem eleitos pelo Conselho Universitário (Co) para representar a Universidade de São Paulo na composição da CV-USP.

Agora, a instalação da comissão depende de aprovação da proposta apresentada pelo Fórum que deverá acontecer em reunião do Co. Antes disso, no entanto, deverá tramitar pela Procuradoria-Geral da USP para emissão de parecer jurídico e, em seguida, pela Comissão de Legislação e Recursos.

Os membros que representarão os docentes na CV-USP foram designados pela assembleia geral da Adusp e já aceitaram a indicação. São eles: Amábilis Xavier Rodrigues Manço (FMRP), Fábio Konder Comparato (FD), Maria Helena Souza Patto (IP), Marilena Chauí (FFLCH), Pedro Paulo Chieffi (FM) e Zilda Iokoi (FFLCH).

O Setor das IEES/IMES se reúne

Após um período durante o qual as Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES) não tiveram muitas ocasiões para a construção de suas lutas conjuntas, foram realizados com regularidade nos últimos anos encontros que permitiram um importante avanço organizativo do Setor, que conta hoje com mais de 40 Associações Docentes (AD) filiadas ao Andes-SN em todo o país.

Em 2011, aconteceram dois Encontros das IEES/IMES, o primeiro organizado com a contribuição da Adunep em Salvador, e o segundo, com a participação da Asduerj, no Rio de Janeiro. No ano passado, ficou estabelecido que os encontros seriam realizados preferencialmente em Brasília, onde a coordenação do Setor pode melhor preparar os eventos e os participantes podem chegar com menor custo e maior facilidade.

Os últimos encontros foram sempre precedidos de reuniões para que os próprios representantes das AD pudessem deliberar sobre formato e temas. Nos dias 5/4 e 6/4, aconteceu a reunião preparatória para o XI Encontro das IEES/IMES, a ser realizado em Brasília de 27/9 a

29/9/13.

Os principais temas de interesse continuam sendo financiamento, autonomia, democracia e carreira, presentes na maioria dos eventos já realizados, mas que representam ainda demandas que não foram plenamente consolidadas, o que justifica sua presença nos debates atuais. Além disso, as experiências das IEES/IMES são muito diferentes entre si, podendo ser de grande relevância a troca e os relatos de lutas nas quais em algumas universidades se conseguiram avanços ainda não presentes em outras.

Na reunião, decidiu-se que uma mesa-redonda abordará a questão da federalização de IEES/IMES e sua relação com o tema do financiamento, a partir de dados apresentados pelo Dieese, mas também do ponto de vista histórico-político e jurídico. Estão previstos, em seguida, painéis com a exposição de experiências relativas a carreira e democracia nas IEES/IMES. Haverá, além disso, grupos de trabalho que discutirão os três temas e poderão elaborar propostas, que serão analisadas na reunião plenária final.

Na reunião discutiu-se o Dia Nacional de Luta das IEES/IMES

que, por deliberação do 32º Congresso do Andes SN, está marcado para o próximo 29/5, data essa que permite intervir nas assembleias legislativas dos diferentes estados em período próximo à aprovação de suas respectivas leis de diretrizes orçamentárias (LDO). Ficou decidido que serão preparados e distribuídos panfletos e cartazes que explicam a importância do financiamento de universidades e educação pública.

Finalmente, foram discutidas a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) e a recém-criada “Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Estaduais”, pensando nas implicações dessas políticas para as universidades públicas.

Os participantes relataram, em seguida, como estão organizando sua participação na Marcha Nacional do dia 24/4, em Brasília, que, entre outras reivindicações, cobra a defesa de educação e saúde pública, a revogação da reforma da previdência e a não adesão dos Hospitais Universitários a Ebserh (o manifesto completo se encontra no link: <http://goo.gl/Pxsvk>).

Plebiscito sobre a Ebserh

Um Plebiscito Nacional sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) está sendo realizado pelo Andes-Sindicato Nacional até 19/4, com a finalidade de ampliar a discussão do assunto e envolver a comunidade universitária e usuários dos hospitais universitários (HUs), além de informar sobre os riscos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e à autonomia universitária.

A Adusp participa do plebiscito, iniciado em 2/4 e com encerramento previsto para 15/4. Posteriormente, por decisão consensual da comissão organizadora do plebiscito, o prazo de coleta foi estendido até as 17 horas de 19/4. A entrega do resultado nacional está marcada para 24/4, com a realização de um ato em frente ao MEC, durante Marcha a Brasília.

“Temos que barrar a Ebserh. Afirmo sempre: hoje é a Ebserh, amanhã vai ser a *Ebsere*, Empresa Brasileira de Serviços Educacionais! Portanto, é uma luta não só para barrar a privatização dos HU, mas a contrarreforma que privatiza serviços públicos e retira direitos da população trabalhadora”, denuncia Cláudia March, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), em entrevista concedida ao *InformAndes* 20 (março de 2013).

A Ebserh é uma empresa estatal

de direito privado, vinculada ao MEC, criada pela Lei 12.550/2011, com a finalidade de “prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública”.

As competências da Ebserh incluem a administração de HUs e a prestação de serviços de apoio às IFES no ensino, na pesquisa e na extensão. A empresa desenvolverá suas atividades a partir da cessão de bens e direitos das universidades, assim como dos servidores contratados pelo Regime Jurídico Único e lotados nos HUs. A relação entre universidades federais e seus hospitais e a Ebserh se dará mediante estabelecimento de contrato entre as partes. No Hospital Universitário da UnB (HUB), por exemplo, cerca de 700 trabalhadores serão cedidos à Ebserh e passarão a ser administrados por ela.

“Obtenção de lucro”.

Na entrevista ao *InformAndes*, a professora Cláudia March destaca o fato de que, “para além das fina-

lidades e competências definidas no Contrato de Gestão entre a Ebserh e a Universidade, que explicitam apenas a prestação de serviços aos usuários do SUS como gratuitas, há a possibilidade de desenvolvimento de um conjunto de atividades passíveis de obtenção de lucro, tal como atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção tecnológica, devido à lógica do seu modelo jurídico institucional de direito privado”.

A Ebserh constitui flagrante desrespeito aos preceitos constitucionais, “ao atribuir a uma empresa de direito privado, cujo objetivo é de exploração direta de atividade econômica, incluindo a produção de lucro, a gestão de Hospitais Universitários cujas atividades (prestação de serviços públicos de saúde e educação) caracterizam-se como serviços públicos de relevância pública”. Essa tem sido uma das bases dos questionamentos jurídicos à Lei 12.550.

Embora a lei não obrigue as IFES a aderirem à Ebserh, a docente afirma que “a pressão e a chantagem exercidas junto às administrações das universidades e dos HUs e a extinção da Diretoria de Hospitais Universitários do MEC, com a transferência de todas suas atribuições para a Ebserh, antes mesmo da adesão das uni-

versidades, evidencia o quão oprativa é a adesão”.

Ainda segundo Cláudia March, os prejuízos aos usuários do SUS podem ser resumidos a dois conjuntos de questões. “Um primeiro resulta do ressarcimento dos atendimentos prestados aos usuários do SUS que tenham planos privados de saúde. Esse ressarcimento, previsto pela Lei 9.656/1998, que era feito diretamente ao Fundo Público de Saúde, agora será feito à Ebserh, a partir da identificação dos usuários na porta de entrada dos HUs, quando utilizarem seus serviços. Como a Ebserh é uma empresa estatal de direito privado com obtenção de lucro, há a possibilidade concreta de priorização do atendimento aos usuários do SUS que tenham planos privados, pois este resultará na dupla obtenção de recursos, através do repasse do SUS, referente aos atendimentos e aos repasses dos planos de saúde”.

O segundo prejuízo aos usuários do SUS resultará da mercantilização das atividades. A possibilidade de venda, pela Ebserh, de serviços de ensino, pesquisa e extensão aprofundará e consolidará o que já ocorre de forma ilegal com as fundações privadas ditas de apoio e a priorização de temas de pesquisa e cursos que atendam ao “mercado” e não às necessidades dos usuários do SUS.

Departamentos de Artes querem deixar a ECA e criar um Instituto próprio

Os departamentos de Música (CMU), Artes Cênicas (CAC), Cinema, Televisão e Rádio (CTR) e Artes Plásticas (CAP) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) podem deixar a unidade para criar um Instituto de Artes. A ideia é defendida por docentes desses departamentos, que estão se reunindo em um grupo de trabalho para elaborar um anteprojeto. Uma proposta deve ser formulada até o final de junho.

O assunto se tornou do conhecimento dos estudantes e dos funcionários de maneira informal. Por conta das especulações, no dia 19/3 uma reunião apenas com os estudantes dos departamentos envolvidos foi chamada pelas chefias para esclarecer a iniciativa. Mesmo assim, a falta de discussões prévias com toda a comuni-

dade gerou críticas e deu margem a movimentações estudantis.

Segundo Beatriz Pomar, estudante do curso de Rádio e TV e diretora do CALC, o Centro Acadêmico Lupe Cotrim propôs para 16/4 uma paralisação em toda a unidade. A ideia é discutir entre as três categorias a eventual criação do Instituto de Artes. A aluna esclarece que o centro acadêmico ainda não tem posição sobre a proposta justamente devido ao pouco diálogo em torno dela. “Os professores já apresentaram para a Congregação uma carta propondo o Instituto de Artes, e assinaram como ‘as Artes’, mas nada foi discutido a fundo com os alunos”.

“Familiaridade”. O *Informativo Adusp* entrou em contato com a professora Maria

Helena Bastos, chefe do Departamento de Artes Cênicas, para saber detalhes das articulações realizadas até o momento. Segundo ela, “a carta entregue para a Congregação sinaliza o princípio da criação do Instituto de Artes”, mas “existe toda uma construção sendo feita em conjunto [entre os chefes do CAP, CMU e CTR e a direção da Escola de Arte Dramática, EAD] para a elaboração do Instituto”.

Maria Helena ainda informou que uma nova reunião do grupo de trabalho seria feita no dia 12/4 e que, a partir dessa data, uma conversa entre os chefes de departamento e o *Informativo Adusp* poderia acontecer para o esclarecimento da proposta.

Em entrevista ao *Jornal do Campus*, Luís Fernando Angera-

mi, chefe do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão, lembrou da realização do Fórum de Graduação da ECA, em 2010, quando “os departamentos de Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música, a Escola de Artes Dramáticas e o CTR perceberam uma maior familiaridade entre suas demandas”.

Segundo o professor Dennis de Oliveira, do curso de Jornalismo, o conselho de seu departamento (CJE) já tomou posição contrária à proposta do Instituto de Artes. “Eu também sou contra, porque a concepção da proposta está focada na arte como produção e não como um processo. As artes são um conjunto de conhecimentos. O ideal é que seus departamentos fiquem junto com as comunicações”.

“USP Internacional”, mas sem ouvir ninguém

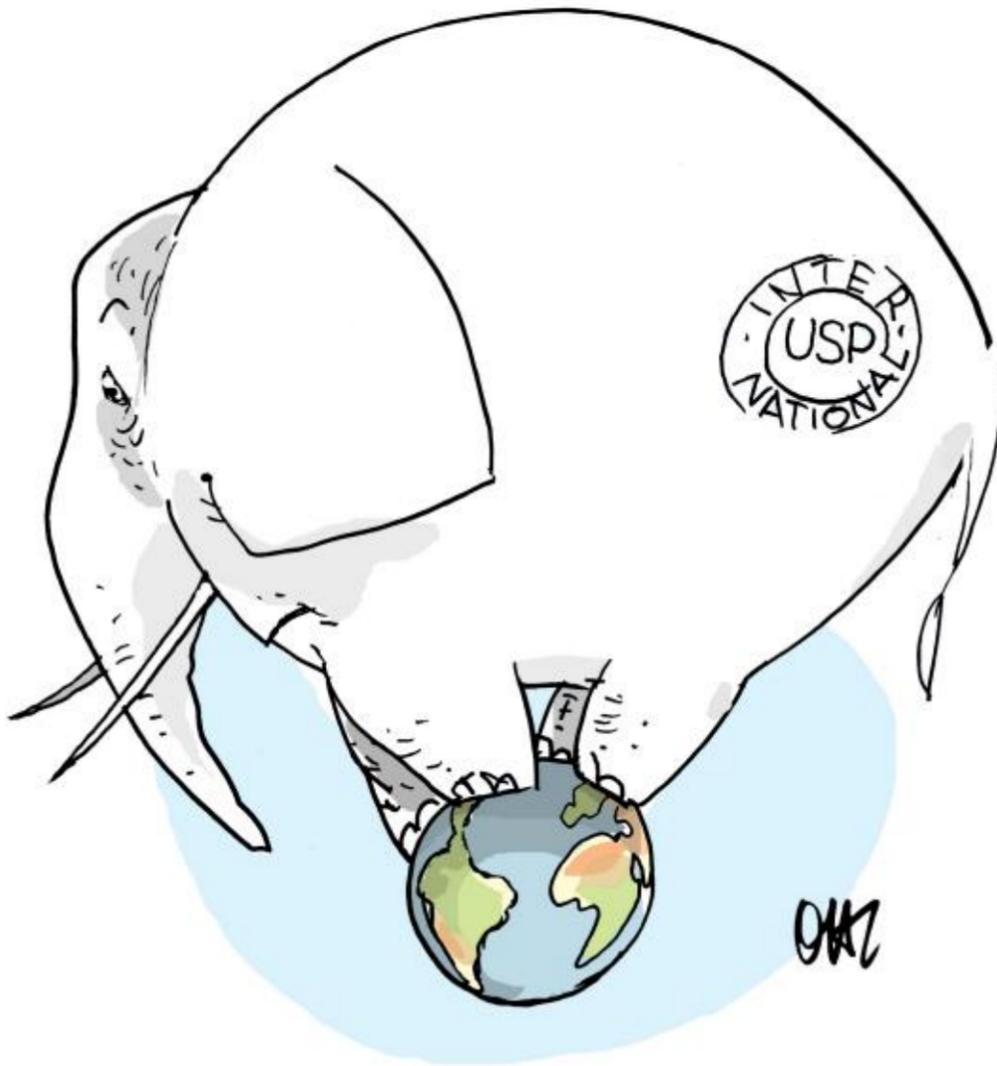
A Reitoria acaba de criar o Programa “USP Internacional”, que pretende “implantar e gerir instalações físicas da USP no exterior, em locais estratégicos”, e “estabelecer um novo Programa de Internacionalização da USP para os próximos anos”. A Comissão de Legislação e Recursos (CLR) e a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) emitiram pareceres sobre o assunto, que não foi submetido ao Conselho Universitário. A resolução surpreendeu a comunidade universitária, que não teve oportunidade de debater o tema em instância alguma.

A resolução 6.518, de 25/3/2013, cria Núcleos Internacionais da USP (*sic*) em São Paulo, Boston, Londres e Singapura; institui “um Conselho Internacional, a quem caberá orientar os Núcleos Internacionais sobre suas respectivas atividades e metas”, presidido pelo professor e ex-ministro Celso Lafer; e designa como consultores do programa os ex-reitores Waldyr Muniz Oliva, Antônio Hélio Guerra Vieira, José Goldemberg, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Flávio Fava de Moraes, Jacques Marcovitch e Adolpho José Melfi.

“O presente Programa funcionará por prazo determinado, até 24 de janeiro de 2014”, diz a resolução no artigo 9º. A data coincide com o final do mandato do reitor Grandino Rodas. Contudo, o parágrafo único do mesmo dispositivo acrescenta que ao final desse prazo será apresentado um “relatório abrangente” das atividades desenvolvidas, bem como uma “proposta de programa de internacionalização da USP para os próximos quatro anos”.

“Novo patamar”. A justificativa para adoção do Programa é de que “o estágio avançado da internacionalização da USP (ora expresso nas avaliações que lhe são atribuídas por intermédio de *rankings* mundiais de Instituições de Ensino Superior) exige que se galgue um novo patamar nos relacionamentos internacionais da Universidade”.

O programa lista ainda como objetivos “fortalecer a presença



da USP no exterior” e “apoiar, incrementar, agilizar e ou expandir iniciativas de internacionalização em curso e/ou em implantação na Universidade”, tais como os programas de bolsas (para professores visitantes internacionais da USP, alunos de graduação da USP, alunos de graduação de universidades da América Latina na USP) e o Programa de Incentivo e Apoio à Capacitação dos Servidores Técnicos e Administrativos, além de convênios e intercâmbios diversos.

A resolução designa os diretores e diretores adjuntos de cada um dos núcleos da USP no exterior. A ex-reitora Suely Vilela (FCFRP) dirigirá o núcleo de São Paulo; Lucas Antônio Moscato (EP), o de Boston; Renato de Figueiredo Jardim (IF), o de Londres; Antonio Carlos Hernandez (IFSC), o de Singapura. Segundo a resolução, cada núcleo “contará com um secretário executivo na sua sede, recrutado na própria região”.

“Elefante branco”. O núcleo internacional com sede em São Paulo abrange América do Sul, América Central e África Subsaariana; o núcleo com sede em Boston, América do Norte e Caribe; o núcleo com sede em Londres, Europa, Norte da África e

Oriente Médio; o núcleo com sede em Singapura, Ásia Central, Golfo Pérsico, Ásia Meridional, Sudeste Asiático e Oceania.

“A USP ultrapassa fronteiras”, anunciou, em tom triunfalista, o boletim oficial *USP Destaques* 71 (9/4/13), segundo o qual o novo programa consumirá 400 mil reais, “custo que será coberto por doações privadas”. O boletim publica imagens dos endereços onde os núcleos funcionarão no exterior, de modo a sugerir identidade com os imponentes imóveis, retratados em corpo inteiro.

O professor Osvaldo Coggiola (FFLCH) observa que algumas grandes universidades (Harvard, Bolonha) têm filiais no exterior, que não oferecem cursos completos, apenas atividades complementares. O programa internacional da USP, por sua vez, consistiria a seu ver de “embaixadas (ou consulados) da USP no estrangeiro”. “Parece uma afirmação independente da USP no exterior, à margem do sistema universitário brasileiro e até do paulista. Cria mais cargos burocráticos internos e externos. Não sei de nenhum sistema deste tipo nas grandes universidades melhor ranqueadas do que a USP nos *rankings* internacionais. As universidades dos EUA fazem tudo isso via Internet”.

No entender de Coggiola, o custo do programa será alto, pois inclui aluguel de sedes, moradias para os “enviados”, salários “internacionais” para o pessoal do próprio lugar que seria contratado, “e um longo etc.”, e seria melhor empregado em bolsas para professores, estudantes e funcionários no exterior: “Os sistemas de comunicação de todo tipo atualmente existentes tornam prescindível uma presença física permanente no exterior. Os cargos do Conselho Internacional serão remunerados? E os outros? O que irão fazer essas ‘embaixadas’ lá fora não está claro”. O docente da FFLCH adverte que o programa “pode virar um belo elefante branco”.

Jogo jogado. “No Artigo 2º, parágrafos 1 e 2, vemos que as unidades e órgãos da USP, bem como seus docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos poderão apresentar sugestões e propostas. Será que nós, docentes, e os funcionários e alunos nos animaremos a enviar propostas e sugestões?”, questiona a professora Dilma de Melo Silva (ECA), para emendar outra pergunta: “Depois da publicação da resolução, com todo o elenco de diretores, conselheiros, consultores? Com data prevista para início e término das atividades?”

Na sua opinião, “o tema merece e deve ser debatido — ninguém é contra a internacionalização de nossa Universidade, devemos buscar a excelência na produção acadêmica, mas o custo está sendo alto, com o sacrifício da prática democrática”. A proposta deveria ter sido apreciada nas diferentes instâncias da USP, acredita Dilma, ao invés de “ter como base, apenas, as manifestações da CLR e COP”.

O professor Benedito Honório Machado (FMRP) critica indiretamente o Programa: “Internacionalização de uma Universidade se faz por meio de estudantes e pesquisadores trabalhando em laboratórios e participando ativamente de congressos científicos no exterior. A assessoria na era da comunicação digital pode e deve ser remota; caso contrário não faz sentido”.